

Conversas da Casa Comum

Daniel Perell, representante da Comunidade Baha'i na ONU: “Se não salvaguardarmos os bens comuns globais, as gerações presentes e futuras vão perder o direito a um ambiente saudável”

Bem-vindos de volta às Conversas da Casa Comum. Hoje, falamos com Daniel Perell, representante da Comunidade Internacional Baha'i junto das Nações Unidas

KIMBERLY WHITE

The Planetary Press

1/ Pode falar-nos do seu trabalho como representante da Comunidade Internacional Baha'i na ONU?

Claro, o Gabinete da Comunidade Internacional Baha'i nas Nações Unidas tem estado aqui desde que a ONU foi criada. Na verdade, esteve presente na Liga das Nações, organização anterior à ONU. E a razão é que nós, como Baha'is, acreditamos que estamos num momento na História em que a Humanidade precisa de compreender e responder globalmente à realidade que vivemos como planeta partilhado. Isto irá exigir um novo tipo de governação global ou interdependência global que ainda não vimos. E como tal, estamos aqui há bastante tempo, a tentar aprender com outros a partilhar estes mesmos valores e ética.

E o meu papel é duplo. Por um lado, é partilhar os conhecimentos que derivam diretamente dos escritos da Fé Baha'i, falar profundamente sobre questões de preocupação global relacionadas com a igualdade de género, a harmonia entre religião e ciência, e muitos destes outros princípios que a Humanidade está a aceitar, mas também a partilhar o melhor que posso, a experiência adquirida e vivida pelos Baha'is em todo o mundo, que estão a tentar por estes princípios em prática a nível local nas suas comunidades e bairros. E para ver como podem juntar-se a outros para fazer uma vida melhor para si próprios, não só materialmente, mas também espiritual e socialmente. E assim, com estes dois objetivos, tenho muito a fazer para oferecer alguns destes pensamentos à sociedade civil, às Nações Unidas e aos seus Estados-membros, que se reúnem aqui em Nova Iorque para explorar as exigências da experiência do ser humano e descobrir como podemos chegar a um melhor consenso em torno dos próximos passos a dar. Estou aqui há cerca de 12 anos e tive o prazer de trabalhar em todo o tipo de questões, incluindo a igualdade de género, os direitos dos povos indígenas, os direitos humanos, o papel da religião, a cidadania global, a educação. Agora, concentro-me um pouco nas alterações climáticas, governação global e assuntos humanitários.

Além disso, tem havido uma grande evolução em termos de receptividade às ideias do nosso interdependência e interligação. Portanto, é um momento realmente maravilhoso para estar aqui, e espero que possamos encontrar novas e criativas formas de fazer avançar a humanidade em todos os seus diversidade com este terreno cada vez mais fértil.

2/ Tudo isso é impressionante. Não fazia ideia de que a relação da organização com a ONU remonta à Liga das Nações. Assim, os Baha'is de todo o mundo estão envolvidos em muitas questões diferentes, como mencionou, incluindo a igualdade de género, o empoderamento dos jovens e a construção de comunidades, entre outros. Em que é que o seu Gabinete opta por se concentrar na ONU, e porquê?

Há muitas questões sobre as quais poderia funcionar tanto a partir do que a experiência Baha'i tem sido, mas também com base no que as Nações Unidas estão concentradas. E é nestes dois mostradores que estamos a tentar olhar permanentemente. Se os Baha'is estão a aprender algo bastante profundo que talvez não seja relevante para as Nações Unidas, temos de avaliar como o vamos partilhar aqui. Por outro lado, se há coisas em que as Nações Unidas estão concentradas, mas em que os Baha'is ainda não têm muita experiência, temos de determinar a melhor forma de responder.

Em geral, porque o atual foco parece estar em torno de questões de preocupação global, quer seja a saúde, o clima ou a paz, há uma ampla gama de oportunidades. De facto, também sofremos um pouco com o desafio de muitas opções. E assim, aquilo em que escolhemos concentrar-nos muitas vezes resume-se ao que aprendemos como comunidade e como falamos diretamente os escritos da Fé Baha'i às questões que se nos deparam. Por exemplo, enquanto as comunidades Baha'i locais podem não estar a aprender muito sobre governação global, princípios de governação envolvendo integridade, fiabilidade e honestidade, estes ressoam, quer seja a nível de um líder local ou um de um secretário-geral global. Por isso, tentamos ver como estas lições podem ser trazidas para a nossa atividade a nível internacional. Do mesmo modo, nos amplos acordos climáticos que as Nações Unidas têm - o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - nós, enquanto comunidades Baha'i locais, podemos não estar focados exatamente naquilo que esses documentos e resoluções são, mas em princípio partilhamos e envolvemo-nos em muitas destas áreas. Assim, quando se trata de ação local para salvar ou preservar os recifes de coral ou melhorar as práticas agrícolas, participamos nestas ações. E assim, fazemos o nosso melhor para partilhar o que estamos a aprender nesse campo com o que é ter um lugar aqui nas Nações Unidas. E depois, quando é apropriado, retribuimos esse conhecimento do nível internacional para o nível da nossa comunidade. Por isso, aquilo em que nos concentramos está em constante mudança, porque o Mundo também está em constante mudança. Mas os princípios subjacentes ao nosso foco são, para nós, bastante semelhantes, independentemente da época em que estamos a olhar, porque estes são princípios que são simultaneamente universais e que ainda estamos a aprender a cumprir corretamente.

3/ Além do seu papel na Comunidade Internacional Baha'i, o Daniel pertence ao “Comité de Redação da Salvaguarda da Nossa Casa Comum: Declaração para Estocolmo+50”. A Declaração sobre o Nosso Futuro Comum a apresentar em junho na Conferência de Estocolmo organizada pela ONU, consiste em quatro pontos-chave. O ponto principal é a concretização do direito a um ambiente saudável. Os outros três pontos são instrumentos para construir sobre este ponto principal. Pode explicar a estrutura interna e as ligações entre os quatro pontos da Declaração?

Bem, a Declaração, como provavelmente discutiremos mais tarde, é muito curta, tem apenas uma ou duas páginas. A razão é que ser conciso neste Mundo é bastante importante no momento. Embora os problemas sejam matizados e complexos, é difícil atribuir o tempo e a energia adequados para ler por documentos extensos que podem ter tremendas justificações e contextos históricos por detrás deles. Mas para um documento como este, a ideia era ir direto ao assunto. O que é? O que pensamos realmente que precisa de ser feito? A ideia de concretizar o direito a um ambiente saudável vem acompanhada de toda uma série de outras implicações.

Se se disser que deve haver um direito a um ambiente saudável, pode-se elaborar um tratado ou uma resolução para esse efeito. E é ótimo, temo-lo por escrito. Mas a questão é o que isto significa na prática. Assim, os outros três elementos que a suportam, salvaguardar os bens comuns globais, estabelecendo uma economia regenerativa, e priorizando a governação e as soluções institucionais, estes três elementos são o ambiente propício que permite o direito a um ambiente saudável. Estes são os três elementos que permitem que este direito se concretize. Por isso, se não salvaguardarmos os bens comuns globais, então as gerações futuras – e mesmo as gerações presentes, como sabemos agora - estão a perder este direito a um ambiente saudável. Precisamos de compreender o que são os bens comuns globais e como nos vamos dedicar a salvaguardá-los; precisamos de estabelecer uma economia regenerativa da Natureza.

Muito do que vemos no Mundo é derivado de valores desalinados e aspirações. Num mundo em que estamos perpetuamente à procura de aquisição, de ter, de ter poder, bens materiais, estamos a fazer um tremendo mau serviço tanto para o ambiente que nos rodeia como para aqueles que ainda não vieram, os nossos filhos, os nossos netos, e mais além. Precisamos de pensar mais criticamente sobre uma economia regenerativa, ou seja, uma economia que se concentra em garantir um ambiente e, de facto, um ambiente próspero. É uma economia que ainda não conhecemos. E não compreendemos bem porque como Humanidade estivemos neste processo baseado no consumo, ter alimentos suficientes para comer, mas agora estamos num Mundo de abundância, e temos de ter uma economia regenerativa que possa apoiar este Mundo de

abundância. Caso contrário, o nosso insaciável apetite por mais vai minar o direito a um ambiente saudável.

Em seguida, no quarto parágrafo da Declaração sobre dar prioridade à governação global e às soluções institucionais, um dos desafios que vejo nas Nações Unidas é o elevado grau em que nos concentramos nas resoluções, tratados e declarações, e depois, dizemos o nosso o trabalho está terminado quando, de facto, esse deve ser o início do nosso trabalho. O fim do trabalho é quando essa Declaração já não é necessária, quando esse tratado ou a resolução já não é necessário porque o problema foi resolvido.

Infelizmente, neste momento somos confrontados com o desafio dos silos fechados nos nossos governos e nas nossas próprias mentes, onde o Ministério dos Negócios Estrangeiros determina que resolução assinar, mas depois não chega necessariamente ao Ministérios de Finanças ou a outros num determinado governo. Por isso, é necessário dar prioridade a soluções de governação e institucionais. Quais são as instituições e as posturas de governação necessárias para assegurar o cumprimento dos documentos a que demos acordo? Hoje, muitos diriam que a ONU já escreveu e concordou tudo o que é necessário para criar o Mundo que precisamos de ver. O problema é a sua concretização. E assim, sem este quarto parágrafo da Declaração sobre governação e soluções institucionais, falta-nos o elo fundamental entre as palavras e os atos, entre o direito a um ambiente saudável em texto e a realidade vivida de um ambiente saudável para todos.

4/ Como pode a sociedade civil ajudar melhor a impulsionar essa concretização?

Mais uma vez, penso que precisamos de pensar criticamente sobre os diferentes papéis dos diferentes atores no palco global e local. Dispomos de excelentes documentos onde há acordo internacional e uma série de excelentes políticas a nível nacional e mesmo local. Mas falta-nos essa ligação entre o governo e a sociedade civil. Vou para tentar dizer algumas coisas que podem parecer um pouco ingénuas.

Assim, uma pergunta que tenho feito a mim próprio é, como seria se a sociedade civil confiasse nos governos? E se os governos fossem totalmente dignos de confiança? Como seriam as nossas abordagens a estas declarações diferentes? Estaríamos a utilizá-las como ferramentas para a responsabilização? Estaríamos a utilizá-las como instrumentos de colaboração? O que pareceriam?

Não estou a sugerir que de repente deixemos de pensar nas deficiências e de tentar melhorar nesse sentido, mas é só pensar na postura que assumimos quando se trata de um compromisso construtivo sobre a partilha desafios porque, em última análise, estes desafios são partilhados. Ao pensar sobre isto, poder-se-ia considerar diferentes formas de a sociedade civil abordar os problemas que estamos a enfrentar. Em algumas partes do Mundo, existem grandes

Conversas da Casa Comum

Daniel Perell, representante da Comunidade Internacional Baha'i junto das Nações Unidas

oportunidades para construir confiança entre a sociedade civil e o governo para garantir que estão a trabalhar de mãos dadas.

Noutras, talvez a sociedade civil precise de trabalhar um pouco mais para conseguir esse tipo de trabalho. E isto é algo que é necessário em termos de organização e cumprimento de muitos destes direitos que os Estados-membros da ONU subscreveram. Criar espaços onde a sociedade civil seja livre de se envolver coletivamente é realmente importante. Mas mesmo que isso não seja possível, quais são as posturas que podemos tomar para demonstrar, não apenas com palavras, mas com os nossos atos, que a sociedade civil é um ator necessário em qualquer passo que esperamos dar no sentido do cumprimento da presente Declaração que estamos a discutir ou qualquer declaração que tenha sido apresentada pelo Nações Unidas?

Mais uma vez, temos um desafio relacionado com a História, as nossas conceções de progresso, e a nossa compreensão de onde reside a responsabilidade. Estas questões são profundas e eu não pretendo ter nenhuma das respostas. Mas penso que, num Mundo de tal agitação que vemos à nossa volta, onde não podemos prever a próxima grande crise, exceto para dizer que é provável que venha, precisamos de encontrar formas alternativas de nos organizarmos e trabalhar em colaboração para que estas coisas se tornem realidade.

Isto significa, em alguns casos, que talvez tenhamos de ir para as ruas e levantar a voz. Em outros, podemos precisar de trabalhar em silêncio nos bastidores. E estas diferentes estratégias não funcionam em contraste, mas em concertação, e desde que vejamos estas coisas através de um processo de aprendizagem, através de um enquadramento mais construtivo e definitivo, reconhecendo que há uma cimeira, mas que há muitos caminhos para essa cimeira, e que há muitas portas abertas para a sociedade civil. Não me cabe a mim prescrever o que é feito, mas para ter sempre em mente que existem caminhos abertos para nós, e é a nossa responsabilidade como cidadãos do Mundo de fazermos a nossa pequena parte.

Para alguns, isso pode ser doando um par de grãos de arroz, e para outros, pode ser doando milhões ou biliões de dólares para uma causa comum, mas todos nós podemos fazer algo. Penso que isso é uma responsabilidade diferente para diferentes atores, mas é uma responsabilidade que todos nós podemos assumir na medida do possível. E se o fizermos, encontraremos soluções novas e criativas em vez de esperar que outros encontrem soluções novas e criativas para nós.

5/ Todos nós temos um papel realmente importante a desempenhar. Um dos maiores obstáculos para a ação da sociedade civil é a multiplicidade de iniciativas que carecem de uma voz coletiva. Qual é a relevância de ter uma Declaração de página única para influenciar o processo político entre Estados?

Um desafio identificado nesta questão é a ideia de uma voz coletiva. Muito frequentemente, procuramos áreas de divergência. Agora, se pudermos adotar uma abordagem que seja mais construtiva, procurando a unidade e procurando encontrar o nosso lugar dentro de um quebra-cabeças de iniciativas, podemos encontrar um maior consenso apenas a partir de uma mudança na nossa própria postura. E uma Declaração de uma página não pode dizer tanto que as pessoas venham a discordar. Podem pensar que deveria ser uma Declaração diferente ou com outras prioridades, mas não há problema.

Eu encorajaria a existência de uma série de declarações de uma página, mas em que nos pudéssemos reunir e dizer: isto é uma coisa em que todos concordamos, em princípio, nos seus fundamentos. Agora, a prática pode ser divergente, todos podemos concordar que o auge desta montanha tem este aspeto, e queremos tentar escalar essa montanha. Essa é realmente uma coisa útil, não só para a sociedade civil se unir, mas também para os Estados-membros da ONU reconhecerem que a sociedade civil se uniu. Portanto, é simples. E se estivermos de acordo e se os Estados-Membros souberem que estamos de acordo, então vamos usar a nossa voz coletiva para alcançar o que está aqui na nossa diversidade e nas nossas diversas abordagens, mas concordando com o princípio final.

É uma grande força. E o grau em que conseguirmos que outros assinem a Declaração e apresentem estas ideias será, em última análise, determinante para o grau em que os Estados-membros também as comecem a aceitar.

6/ A Comunidade Internacional Baha'i pretende "contribuir para a construção de uma ordem global mais pacífica e mais justa". Como é que a Declaração sobre o Nosso Futuro Comum se alinha com este objetivo?

Bem, eu sugeriria que a paz e a justiça são termos muito grandes. Não estou a dizer nada que os nossos ouvintes ainda não saibam. Mas se estiver a pensar, qual é a relação entre o direito a um ambiente saudável e a paz e a justiça?

Estas coisas andam de mãos dadas. A paz, como sabemos, não ocorre isolada do desenvolvimento ou dos direitos humanos. E a justiça é necessária como um meio para alcançarmos a paz e os fins que procuramos. E assim, esta abordagem, esta Declaração, e muitas

das coisas em que tentamos trabalhar nos nossos compromissos a nível internacional, está realmente a olhar para a paz e a justiça através de uma perspetiva o mais ampla possível.

A questão é esta: se estamos a tentar criar um Mundo pacífico, quais são os fatores para a paz? Bem, precisamos de um ambiente em que as pessoas não estejam a lutar pela comida e pela água. Em que as gerações futuras podem apreciar a beleza e majestade e maravilha do Mundo que nos foi confiado - um Mundo onde a economia permite que as pessoas trabalhem com dignidade. E não me refiro apenas a pessoas que têm pouco trabalho, também me refiro aos trabalhos que são puramente extrativos do setor financeiro e do ambiente global.

Estes empregos extrativos não são aqueles em que as pessoas estão particularmente orgulhosas do seu trabalho. Não sentem um grande sentido de dignidade, embora possam receber um grande salário, permitindo que outras coisas floresçam. Mas estarão todos eles a pensar como será a paz e a justiça num Mundo de oito mil milhões de pessoas?

Parece que a ideia de ter uma economia regenerativa, uma governação global e soluções institucionais está sempre no horizonte que vem a seguir. Mas a verdade é que estamos a tentar ser criativos, flexíveis, recetivos às necessidades do Mundo à nossa volta. Estamos a tentar salvaguardar os assuntos que não pertencem a nenhum de nós e, por isso, esta é a comunidade global, não pertence a nenhum indivíduo nem a uma nação, ou mesmo uma geração. E estamos, de facto, a tentar concretizar o direito a um ambiente saudável, o que é um fator de capacitação para sociedades pacíficas e justas. Porque é um ambiente em que há menos luta, menos conflitos, onde há dignidade, alegria, todas estas coisas que aprendemos no jardim-de-infância, num certo sentido, mas perdermos depois ao longo de uma educação de interesse próprio.

É a estas coisas que temos de voltar e podem, em última análise, conduzir a uma ordem pacífica e justa a nível mundial. Portanto, isto é novamente a olhar através da lente mais ampla para o que são a paz e a justiça, que requerem de nós uma leitura diferenciada e holística da relação entre aqueles coisas e o mundo natural, a igualdade de género, a ciência e a religião - tudo isto elementos constituintes dessa paz e justiça.

7/ Entretanto, o foco central da conferência Estocolmo+49 era fazer da Estocolmo+50 em 2022 uma mudança de jogo. Como pode esta Declaração de página única ser esta mudança de jogo?

Bem, se olharmos para ele, o que está a dizer é que há um jogo que requer um ambiente saudável, e se não estivermos a jogar esse jogo, então estamos, na verdade, a fazer com que não venhamos a ser bem financiados e bem recebidos no futuro. Precisamos de mudar o nosso comportamento. Somos uma Humanidade que está a entrar no amadurecimento como uma sociedade. Este amadurecimento significa que precisamos de ser mais responsáveis, e ser responsável significa salvaguardar os bens comuns globais, estabelecendo uma economia regenerativa, ser melhor na governação, criando mais instituições com capacidade de resposta a estes desafios.

Estas são, assim o esperamos, as regras de um novo jogo. Mas não conhecemos todas as suas nuances. Não sabemos exatamente como jogá-lo. Se a Humanidade começar a olhar para novas regras, para um novo jogo, então podemos começar a desenvolver algo que possa ser mais construtivo para as gerações vindouras e para o ambiente. Esta Declaração é um pedaço muito pequeno disso. Mas tem dentro de si os objetivos de um novo jogo, que permitiria uma próspera experiência humana para todos. E é com certeza uma mudança de jogo quando comparado com a experiência recente do crescimento da desigualdade, das alterações climáticas e de toda uma série de desafios.

8/ Passaram quase 50 anos desde a conferência histórica de Estocolmo, em 1972. Como se liga o caminho desde Estocolmo em 1972 à Conferência Estocolmo+50 e à Nossa Agenda Comum da ONU?

Colocar os esforços da Humanidade num contexto histórico é sempre um fator muito importante e uma forma útil de olhar para o Mundo. Receio que a minha própria leitura míope das notícias pode causar uma sensação de desilusão e tristeza pelo que está a acontecer no Mundo à nossa volta. Mas quando olho mais geracionalmente, o que se passou? O que tivemos a oportunidade de fazer?

Vejo algumas mudanças realmente profundas. Assim, de 1972 até agora, tem havido uma série de pontos reais de crescimento, e não se trata de demitir ou desviar qualquer um desses desafios que subsistam, qualquer uma das deficiências que temos visto, mas têm ocorrido experiências de mudança real. Uma delas está na inclusão. Em 1972, a ideia de que a sociedade civil tinha muito a oferecer nestes encontros internacionais era realmente bastante nova. E, de facto, houve um representante Baha'i em 1972, Arthur Dahl, que fez uma sugestão de que a sociedade civil deveria ser mais incluída nas deliberações a nível internacional, e houve um parágrafo que resultou dessa intervenção que apelava a uma maior inclusão da sociedade civil.

Ele ainda está muito envolvido nestes processos 50 anos depois, e agora tornou-se apenas um facto a sociedade civil estar presente. Assume-se que a sociedade civil continua a apelar a mais inclusão, mais diversidade, e mais vozes. Esta é uma mudança muito saudável e construtiva ao longo dos últimos 50 anos. Agora, olhando para a Nossa Agenda Comum, o relatório do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, sobre o futuro da governação da ONU. Isto está bem ligado a Estocolmo+50, porque articula uma série de iniciativas em torno dos bens comuns, de uma mudança para além do PIB, de abordagens baseadas em direitos, de um novo contrato social, o da reforma da governação. São, na verdade, os quatro parágrafos que temos na nossa declaração, muitos semelhantes, de certa forma, ao que está a ser proposto na Nossa Agenda Comum.

Conversas da Casa Comum

Daniel Perell, representante da Comunidade Internacional
Baha'i junto das Nações Unidas

Mas se quisermos falar um pouco sobre as insuficiências dos últimos 50 anos, poderíamos também conceber estes anos como de fracasso da Humanidade, como a nossa obstinação perante a verdade científica e a nossa falta de vontade política. Penso muitas vezes na analogia da criança ou do bebé a aprender a andar. Se um bebé cai da primeira vez que tenta andar e é castigado por ter falhado ou dececionado os pais, isso seria um absurdo. O que fazemos quando uma criança cai e está a aprender a andar é encorajá-la, porque isto faz parte de um longo processo. Falamos com ela com tons de amor sobre como talvez possa fazer melhor.

Tudo isto para dizer que a abordagem que se deve fazer ao crescimento e à mudança pode ser crítica e útil em determinadas circunstâncias. E deve também ser construtiva. Deve dizer: sim, nos últimos 50 anos não fizemos tudo o que precisávamos de fazer. Mas vamos avaliar isso. Porque não o fizemos? Quais têm sido as principais barreiras à ação? Tem havido conhecimento científico? Bem, durante uma parte desses 50 anos não havia, mas agora não temos essas barreiras científicas. Por isso, agora é mais uma lacuna de concretização.

Está bem, mas que mais podemos aprender sobre estes últimos 50 anos? O que precisamos de mudar nas nossas abordagens para os bens comuns, a ordem económica, a governação global e o ambiente? O que são estas novas fronteiras que precisamos de explorar? E quais são as oportunidades para tornar essa exploração genuína? E aqui, penso que a Nossa Agenda Comum, mais do que um relatório, é um convite para investigar mais e tomar decisões. Temos um desafio, e sempre o fazemos entre o urgente e o importante. Agora, o urgente é importante. Se uma casa está a arder, deve apagar o fogo. Mas também é possível reconstruir a casa para que não arda.

A Nossa Agenda Comum, tal como a li, é um convite aos engenheiros para reconstruírem esta casa de governação global de forma criativa e refletida, para que as gerações futuras tenham menos fogos para apagar. Tudo isto faz parte de um longo processo. E é um convite para, ao mesmo tempo que se tenta lidar com os assuntos urgentes do dia - e são muitos, perniciosos e desafiantes - pensar em alguns destes desafios a longo prazo. E Estocolmo+50 é uma oportunidade de contribuir para isso. Não terá uma resolução acordada a sair dela, um tratado ou um acordo dessa natureza, mas pode ser uma contribuição significativa para o debate em torno da Nossa Agenda Comum.